

# Um comentário para "Aldeias na reclusão: Vírus e cerco à vida indígena"

BBC BRASIL OCTOBER 14, 2020

Relatos de um mundo sitiado. Latifúndios e missões evangélicas acoçam territórios ancestrais. Queimadas tornam a vida insuportável. Covid e dependência das cidades apavoram — mas surgem ações para autonomia na produção de alimentos



Crianças da Aldeia Lapetanha do povo Paiter Surui

Por **Angela Pappiani**, com relatos de **Uraan Suruí** (povo Paiter Suruí/RO) e **Elly Mairu Karajá** (povo Iny Karajá/TO)

## ALDEIAS NA RECLUSÃO

Há três décadas, a jornalista Angela Pappiani convive com os povos indígenas brasileiros e escreve sobre seus dramas, lutas e sonhos. Em meio à pandemia, escolheu nova tarefa: recolher, das lideranças, depoimentos sobre a batalha contra o coronavírus, em meio ao descaso do governo.

Leia os relatos já publicados:

1. [Histórias das aldeias na reclusão](#)
2. [Vírus e cerco à vida indígena](#)
3. [Invasão e luta nas fronteiras Norte](#)
4. [Os Guarani Kaiowá entre a covid e o despejo](#)
5. [Vozes indígenas: como os Baniwa enfrentam a covid](#)
6. [No Xingu, mulheres encaram a covid](#)
7. [A guerreira Munduruku vê a pandemia](#)
8. [“Enfrentamos a doença há 520 anos”](#)
9. [A pandemia numa São Paulo indígena](#)

A pandemia de coronavírus no Brasil já tirou a vida de mais de 150 mil pessoas. Apesar do ritmo de propagação e do número de mortes terem caído, o vírus continua entre nós, segue contaminando muitas pessoas nas cidades e nas aldeias e fazendo vítimas para além do efeito direto da doença, pois o suposto combate à pandemia tem permitido desvios de verbas, corrupção e ações populistas. E agora, com eleições, o uso político da grave crise sanitária e econômica promete trazer personagens e propostas na contramão das necessidades reais da população, da afirmação da democracia e do direito.

Os povos indígenas acompanham tudo de suas aldeias, muitas vezes perdidos entre fatos e notícias falsas, tentando enxergar as armadilhas, enfrentando dificuldades e sérias ameaças a seus direitos.

O depoimento a seguir é de um jovem Paiter Suruí, povo que teve o primeiro contato com os *yara* – os não indígenas – durante a ditadura militar. A política de ocupação da Amazônia esquartejou e loteou as florestas do Estado de Rondônia, levando colonos do sul do país para ocuparem a terra com a obrigação de derrubarem a mata, o que abriu caminho para mais violência, grileiros e latifúndios.

Os conflitos armados e epidemias de sarampo e tuberculose quase exterminaram os povos que ali viviam. Além dos Paiter Suruí, Cinta-larga, Zoró, Arara e Gavião que ocupavam esse mesmo território, no estado todo ainda vivem outros 24 povos indígenas. O livro “Histórias do começo e do fim do mundo – o contato do povo Paiter Suruí” traz depoimentos de 17 anciãos sobreviventes desse período e ajuda a compreender esse momento de nossa história (**Baixe o livro aqui**).

Cerca de 50 anos depois, o estado de Rondônia está quase totalmente ocupado por pastos e monoculturas, restando biodiversidade somente nos territórios indígenas e nas poucas áreas de proteção ambiental que sobreviveram e que agora voltam a ser atacadas. Nessas áreas ainda vivem povos isolados. No último dia 10 de setembro, um episódio trágico de conflito envolvendo um desses grupos sem contato levou à morte um grande defensor dos povos indígenas, o indigenista Rieli Franciscato. Acontecimento que revela o desmonte planejado da Funai e em especial das equipes de proteção aos isolados que só se mantêm graças à abnegação e à paixão de alguns poucos funcionários que se arriscam à morte.

Rondônia também é território disputado por garimpos ilegais de ouro e diamantes. O Estado brasileiro, que deveria cumprir a Constituição e garantir proteção aos territórios indígenas, às populações tradicionais e às poucas áreas de floresta que restam, promove a falência de todas as

instituições criadas para esse fim, retira recursos e pessoal, impede ações de vigilância e a punição aos crimes ambientais, traz um discurso explícito que incentiva a ocupação e a exploração desses patrimônios, aliado a teorias de conspiração internacional para tomada da Amazônia. Um filme que já assistimos na década de 1970.

Os povos indígenas nas aldeias, e os que ainda se isolam do contato com nossa sociedade, estão totalmente expostos à ação dos invasores e da investida dos aliciadores que conseguem cooptar alguns membros dessas comunidades. E agora, se vêm cercados por uma nova e ameaçadora epidemia que volta a assombrar os mais velhos, que já viveram na pele e ainda guardam na memória os efeitos de outras epidemias e a perda de dezenas de parentes há tão pouco tempo atrás.

O depoimento de Uraan Suruí, jovem liderança da aldeia linha 14, da Terra Indígena 7 de setembro, em Rondônia, expressa a preocupação com a dependência de seu povo dos alimentos e medicamentos da cidade, com a pressão das igrejas evangélicas que desestabilizam as comunidades, com a necessidade de organização e união entre os povos indígenas para enfrentamento das ameaças aos direitos garantidos na Constituição.

“A gente está tentando reverter a situação da covid-19 aqui no território. Essa situação chegou de surpresa, é tudo muito novo. Cada aldeia tem uma situação diferente. Algumas se isolaram mesmo, outras não, muitos parentes aderiram, mas as saídas facilitaram a entrada da covid. Não temos como ficar totalmente isolados por tanto tempo, é difícil uma ruptura dessas.

“Aqui na minha aldeia estou controlando o máximo que posso e não tivemos nenhum caso confirmado até agora. Conversamos muito com a

comunidade que é a maior da terra Suruí, porque se acontecer o contágio aqui, a situação pode ser muito grave. Já houve mortes em outras aldeias.

“Temos discutido muito sobre um ponto importante que é a dependência. Por que tanta dependência da cidade? O alimento, a gente deveria produzir na aldeia e não depender do mercado. Essa emergência nos mostrou que não estávamos preparados, por causa da dependência. Criamos grupos para discutir a pandemia e falamos sobre isso. Vai ser um novo cenário agora com iniciativa de diminuir a dependência da cidade.

O fortalecimento da tradição, do pensamento, das ideias, do conhecimento dos mais velhos é um ponto crucial para nossa existência. Meu pai e os irmãos dele têm discutido isso. Eles dizem: quando a gente fala da tradição, traz para o pensamento dos jovens que é uma coisa antiga, ultrapassada. Não é antiga, ultrapassada, mas aquilo que te sustenta, te dá base para enfrentar qualquer desafio, onde vai se apegar para ser forte. Se não der valor ao que você é, não tem segurança.

“Nesses tempos de reclusão muitos dos pais e anciãos têm saído com seus filhos, netos em busca de remédios da floresta, de ervas medicinais. Os jovens, as crianças estão tendo a oportunidade de conhecer essa medicina, de forma natural, como necessidade para enfrentar a pandemia, não como uma imposição do conhecimento. Tem sido muito importante, é um cenário diferente que a pandemia está trazendo.

“Agora que vai entrar o tempo do plantio, muita gente vai cuidar da roça, acompanhado dos jovens, das crianças. Espero que isso traga um amadurecimento importante para o povo Surui. Uma reflexão profunda sobre sua sobrevivência.

“Isso porque vivemos um cenário bastante ameaçador, principalmente nesta região da Amazônia onde estamos. Muitas das construções de políticas públicas são feitas a partir do olhar e da pauta do governo, dos não indígenas. Neste momento, os próprios indígenas têm que sentar à mesa junto com o governo federal e com o mundo, dizer que o cenário é de emergência e ameaçador aos povos que aqui estão. A única saída que vemos hoje é a união dos povos para discutir esse ambiente ameaçador. Sem a voz própria dos indígenas, vai continuar o mesmo direcionamento.

“Hoje, dentro do povo Surui, é muito delicada a questão da política interna. Há uma cisão, uma divisão muito grande, inclusive dentro das próprias aldeias. Vejo que eles têm a visão de defender o território e os direitos, o que facilita a articulação em prol de um objetivo comum. Pode haver a divisão, mas para uma defesa de um objetivo comum haveria uma movimentação positiva. O Surui tem esse espírito muito forte de defender o coletivo, mas quando olha para o próprio umbigo, é aí que está o grande desafio. Estou crente que o cenário ameaçador de hoje pode facilitar a união para a defesa do território no futuro.

“Agora, além da pandemia, tem as queimadas. Esta nossa região está cercada por grandes fazendas. Antes eram sítios pequenos, depois o latifúndio veio comprando as terras e agora em volta são grandes fazendas já formadas, então não estão usando o fogo. Mas em outras regiões, do outro lado de Cacoal, está queimando muito. Estou conversando com você e meus olhos estão ardendo, minha garganta chega doer de tão seca, está triste, muita fumaça. Não sei como está no norte do território. Em Cacoal, a gente não consegue nem enxergar.

“Outra questão que enfrentamos, e é muito séria, é a presença das igrejas. A religião de fora traz outra perspectiva, outro entendimento do mundo,



outra realidade. É muito prejudicial à nossa organização. Muitas das vezes a aceitação de outra religião é pela pressão psicológica. Eu não vejo com bons olhos, essa influência da religião, vejo com olhar muito negativo. Primeiro porque eles não têm nenhum compromisso social, político, nem de defesa dos povos indígenas, é apenas conversão, apenas uma forma de entrar no território. Isso vai desfazendo toda a estrutura organizacional do povo, e quando se mexe na base, se enfraquece e a coisa desmorona. Aqui a influência das igrejas é muito forte. É uma das causas de falta de organização e fortalecimento da política do povo Surui.

“Enquanto o povo Surui não entender que são um povo diferente, que precisam se desenvolver sobre seu próprio pensamento, ideia e construção, eu vejo que estamos muito longe de proteger o nosso território.

“Na minha visão, no meu sentimento, não me sinto um brasileiro, porque essa palavra, esse sentimento de nacionalismo, vem de outro povo que insere isso em mim, como os evangélicos inserem a religião dentro do nosso povo. É a mesma coisa. Eu entendo que o resgate do pensamento tradicional, do pensamento autêntico, a gente tem que entender e interpretar como os juristas interpretam as leis magnas. A gente está perdido em meio a uma batalha dentro desse capitalismo selvagem que acontece hoje no Brasil, principalmente com esse governo. A construção que a gente precisa para o povo Paiter Suruí é baseada nos nossos valores e princípios. Somente assim a gente vai ter a capacidade de ganhar a batalha, de sentar na mesa junto com o governo e dialogar, e dizer o que nós queremos, ter uma autonomia em nosso próprio território.

“Sei que é uma luta grande e devemos iniciar esse diálogo. Mas para isso nosso pensamento como Paiter tem que ser baseado em todos esses nossos princípios e valores. O Estado até hoje tenta nos enlatar numa lata de

sardinha. E a gente tem que aceitar? Não! Somos seres humanos, somos povo, somos nação, como muitos outros povos indígenas no Brasil que já pensam isso. Então é isso que eu penso.”

Em nosso país, multiétnico e diverso, apesar de todos os fatores desfavoráveis, mais de 300 povos originários resistem em todos os estados da federação, buscando estratégias de fortalecimento de suas identidades e modos de vida. Se os Paiter Suruí vivem na floresta e têm apenas 50 anos de contato, o povo Iny Karajá, é um povo do cerrado, ligado ao rio Araguaia por seu mito de criação. São mais de 3 mil pessoas vivendo em várias aldeias, com sua língua materna e as tradições, apesar do relacionamento com a sociedade não indígena desde o século 18, com intensa ocupação de sua região a partir dos anos 1950, marcada por conflitos, expropriação e pelos combates do governo à Guerrilha do Araguaia.

Elly Mairu Karajá é professor na Aldeia Fontoura, na Ilha do Bananal, a apenas 2 horas de barco da cidade de São Felix do Araguaia. Em seu depoimento, Elly fala de medo, superação e preconceito, sobre a dificuldade de manter as aldeias isoladas e, como professor, da impossibilidade de acesso às aulas remotas.

“A gente acompanhou pela mídia as reportagens, vendo desde o início essa doença chegar nas cidades grandes como São Paulo, Belo Horizonte, Rio. Sabíamos que não tinha cura e que as pessoas morriam uns dias depois de pegar essa doença. Foi assustador. Ficamos muito preocupados com nossos anciãos, porque os idosos são muito importantes para a nossa cultura e as principais vítimas dessa doença. Pensamos que todos iam perder a vida. Pensamos: nossa comunidade é muito pequena, poucas pessoas, e todos vamos morrer.



“Quando a doença chegou em São Félix do Araguaia, que é onde a gente busca o alimento no mercado, ficamos com medo. Reunimos os caciques e as comunidades para pedir que parassem de ir para a cidade. Tentamos fechar a aldeia, com um fiscal, com barreira sanitária, estava dando certo. Mas aí o governo liberou o auxílio emergencial e o povo foi para a cidade fazer compra de alimentação. Iam só adultos, sem criança, mas iam. Para controlar, proibimos o caminhão de levar muitas pessoas. Outra coisa que fizemos foi parar de praticar futebol, mesmo que a gente goste muito. Fazíamos comemoração no dia 7 de setembro, uma festa com encontros familiares, todo mundo junto, reunidos com outras aldeias, e isso também não teve. Seguimos as regras do Ministério da Saúde, tentamos usar máscaras, mas isso foi difícil aqui na aldeia.

“Tentamos de todo jeito que não chegasse o vírus na aldeia, mas chegou. Porque a juventude não parou de frequentar a cidade. Muita gente foi contaminada, eu mesmo fiquei uns dias mal, não sentia cheiro de nada e sem apetite, mas ninguém teve sintoma grave.

“A gente sabia que não tinha remédio para essa doença, mas uma raizeira fez um remédio e curou uma pessoa lá em Macaúba (outra aldeia). Ninguém morreu lá, todos se curaram. A comunidade ficou contente, aliviada, porque antes estávamos com muito medo. Hoje estamos tomando esse remédio caseiro, é muito bom, amargo. Todos estão usando esse medicamento tradicional aqui na Ilha e todo mundo já sabe controlar a doença. Até os tori (não indígenas) das cidades aqui de perto estão usando esse remédio.

“Aqui na aldeia de Fontoura não tivemos vítima fatal da covid-19. Em Santa Isabel já teve três vítimas. Quando morre um membro da comunidade, é um acontecimento importante, a gente lamenta, sente a

dor, tristeza, mesmo que seja de uma família distante. Imagina então quando morre um líder da aldeia, professor, pensador, todo mundo fica abalado.

“Para mim, o grande impacto que atingiu a aldeia foi na educação, onde eu trabalho, porque parou tudo, desde março. Teve uma retomada das aulas não presenciais, mas aqui os alunos não têm aparelhos como notebook, celular e a internet é muito lenta. Não funcionou. Ficou todo mundo sem aula. Então os mais atingidos são os alunos.

“Outro problema que tivemos foi que, além de não ter medicamentos do tori para a doença, a SESAI não fez atendimentos e sofremos preconceito na cidade. As pessoas tinham medo da gente depois que teve morte em Santa Izabel. Tivemos problemas no Hospital de São Félix. Quando minha mulher passou mal, não foi atendida, disseram que só iam atender se ela fizesse teste de covid-19 antes. Eu denunciei e o hospital responde processo.

“Pois então é essa a situação aqui em Fontoura, na Ilha do Bananal. Estamos tranquilos agora, acho que já passamos pela doença. Talvez a doença volte, não sei. Vamos cuidando e curando aqui mesmo. Mas de outro lado foi bom, porque muitos parentes ficaram mais na aldeia, fortaleceram a cultura na comunidade.”

*Gostou do texto? Contribua para manter e ampliar nosso jornalismo de profundidade: Outros*[Quinhentos](#)

Outline is a free service for reading and annotating news articles. We remove the clutter so you can analyze and comment on the content. In today's climate of widespread misinformation, Outline empowers readers to verify the facts.

[HOME](#) · [TERMS](#) · [PRIVACY](#) · [DMCA](#) · [CONTACT](#)